

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: Uma análise dos currículos de Pedagogia nas Universidades Federais da Região Sul

FORMACIÓN DOCENTE Y RELACIONES ÉTNICO-RACIALES: Un análisis de los planes de estudio de Pedagogía en las Universidades Federales de la Región Sur

Lucas da Costa Lage¹

Simone Silva Alves²

Resumo

Este trabalho visa apresentar a partir da Lei 10.639/2003 como estão sendo implementados os temas da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos das Instituições de Ensino Superior da Região Sul do Brasil. O Objetivo é problematizar a importância da discussão étnico-racial na formação inicial docente. Nesse sentido, pensar a educação na perspectiva de equidade e igualdade reflete em construir uma sociedade mais justa e possibilitadora de novos futuros. As relações étnico-raciais permite compreender as lutas antirracistas na sociedade global, de modo que o sujeito reflita seu lugar no mundo e a consciência que deve obter através das conquistas dos diversos povos, dentre eles pretos e pardos, os marginalizados. Por fim, seguiremos problematizando e analisando as formações de pedagogos e pedagogas nas Universidade Federais do Brasil, evidenciando a necessidade do debate étnico-racial na luta contra o racismo e o fim da desigualdade social e racial no território brasileiro.

Palavras-Chave: Relações Étnico-Raciais; Ensino Superior; Formação de Professores

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo presentar, a partir de la Ley 10.639 / 2003, cómo los temas de Historia Africana y Cultura Afrobrasileña se están implementando en los planes de estudio de las Instituciones de Educación Superior en la Región Sur de Brasil. El objetivo es problematizar la importancia de la discusión étnico-racial en la formación inicial del profesorado. En este sentido, pensar en la educación desde la perspectiva de la equidad y la igualdad se refleja en la construcción de una sociedad más justa y posibilitando nuevos futuros. Las relaciones étnico-raciales permiten comprender las luchas antirracistas en la sociedad global, para que el sujeto refleje su lugar en el mundo y la conciencia que debe obtener a través de las conquistas de los diversos pueblos, entre ellos negros y morenos, los marginados. Finalmente, continuaremos cuestionando y analizando la formación de

¹ Licenciando em Pedagogia; Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA; Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil; lucaslage.aluno@unipampa.edu.br

² Doutora em Educação; Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA; Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil; simonealves@unipampa.edu.br

educadores y educadores en las Universidades Federales de Brasil, destacando la necesidad del debate étnico-racial en la lucha contra el racismo y el fin de la desigualdad social y racial en el territorio brasileño.

Palabras claves: Relaciones étnico-raciales; Enseñanza superior; Formación de profesores

1. Introdução

A partir da Lei 10.639/2003, iniciou a introdução dos temas referentes à História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. Os paradigmas envoltos da sociedade branca, heteronormativa, misógina, refletem as vivências em torno do sofrimento de uma nação, o qual é apresentado nas escolas com inúmeras controvérsias, dentre eles o período da escravidão. Conforme Gomes (2014, p. 01) “caso contrário, a implantação curricular de uma parte importante e, diria mais, estruturante, da história e cultura brasileira fica relegada a uma função decorativa. Fala-se da escravidão, do tráfico de escravos, do abolicionismo, e só”. Essa discussão nos cursos de licenciatura em Pedagogia nas Universidades permite propor uma reflexão sobre o período de luta pela conquista desse ato legislativo. Assim, a inserção dessa temática na formação de professores, possibilita que seja ensinado aos seus alunos a importância de saber o contexto dessas realidades, propiciando repensar a sociedade, o qual tais experiências fomenta a luta antirracista e a diminuição das desigualdades sociais.

No que tange a formação de professores, Imbernón (2011, p. 12) aponta a necessidade de redefinir a profissão docente, possibilitando renovações das instituições escolares, ou seja, “a nova era requer um profissional da educação diferente”. Essas mudanças permite que durante a formação inicial, aprofunde temáticas menos exploradas e/ou trabalhadas de forma transversal nos currículos de licenciatura, dentre elas as relações étnico-raciais, que são capaz de mostrar que há uma luta contínua para criação e preservação de leis para cidadãos negros no Brasil. A partir dessa contextualização, o papel formativo destaca-se pelo investimento necessário frente às percepções da docência, criando zonas participativas e reflexivas em meio a formação, o qual permite ao indivíduo conviver, adaptar e aprender com tais mudanças e aprendizagens (IMBERNÓN, 2011). Assim, é fundamental o investimento na formação inicial de professores, derrubando paradigmas morais e ideológicos inseridos em nossa sociedade.

Nesse sentido, este trabalho objetiva problematizar a importância da discussão étnico racial na formação inicial docente, de modo a compreender como são abordadas as questões do Ensino da História da África e da Cultura Afrobrasileira nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Federais da Região Sul.

2. Metodologia

Esse trabalho utiliza a metodologia bibliográfica de natureza qualitativa, a análise, aqui proposta qualitativamente, corrobora com as ideias de Goldenberg (2005, p. 63), ao dizer que “o método qualitativo poderá observar diretamente como cada indivíduo, grupo ou instituição experimenta, concretamente, a realidade pesquisada”, da mesma forma “[...] o fundamental é o conhecimento do processo em si e não apenas os resultados, bem como sua atenção especial aos pressupostos que estão subjacentes à vida das pessoas” (TRIVIÑOS, 2001, p. 83).

Para revisão bibliográfica analisou a lei Nº 10639/2003, a Resolução CNE/CP nº 02/2015 e as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em Pedagogia das Universidades Federais da Região Sul. Ao todo, 10 universidades foram analisadas, sendo 02 no Paraná, 02

em Santa Catarina e 06 no Rio Grande do Sul. Em síntese, para constituir o caminho metodológico realizamos os seguintes procedimentos: Leituras dos Projetos Políticos de Cursos a fim de identificar os Componentes Curriculares que abordem o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira, podendo assim aplicar a técnica de análise de conteúdo, de modo a organizar e sistematizar a pesquisa.

3. Resultados e Discussão

A desigualdade global tem sido, por muito tempo, uma das causadoras de incertezas no cotidiano do indivíduo, pensar em um cenário desigual remete-se a aquilo que Santos (1997) chama de sociologia das ausências, o momento em que separamos invisivelmente os povos, sendo aqueles que não atingem o patamar social transformados em marginais, ou seja, estão à margem da sociedade. A partir dessa concepção, a população brasileira que se autodeclaram pretos e pardos atingem mais de 50% do total (IBGE, 2010), porém são os que mais sofrem no contexto nacional e internacional.

Nesse sentido, pensar a educação na perspectiva de equidade e igualdade reflete em construir uma sociedade mais justa e possibilitadora de novos futuros. Para isso, a análise nas matrizes curriculares demonstra que repensar a educação é extremamente necessário, inclusive quando formamos sujeitos que vão formar outros sujeitos, ou seja, professores. Conforme Cavalleiro (2001, p. 151) “para nós, professores e professoras, ampliarmos nossa visão sobre a desigualdade racial na educação, faz-se necessário questionarmos o dia-a-dia nas escolas e, principalmente, o nosso fazer profissional”, tais questionamentos levaram a iniciar essa pesquisa, pois vimos a necessidade de refletir sobre a nossa formação pedagógica, somos capazes de perceber através dos detalhes essa desigualdade? Ou a “naturalização” do desigual já não nos afeta? A complexidade das relações no elo educação, conhecimento e cotidiano escolar, torna-se desafiador para o fazer pedagógico, tendo em vista a necessidade de compreender e promover alternativas para a formação dos pedagogos, entretanto há uma defasagem nos estudos que realizem um aprofundamento em temáticas não exploradas com frequência, como as questões étnico-raciais. (GOMES e SILVA, 2011)

De acordo com essa visão, a criação da Lei 10.639/2003 possibilita que os debates étnico-raciais adentrassem os muros escolares, sendo obrigatório o ensino da história da África e da cultura afrobrasileira, com tal obrigatoriedade é necessário que na formação inicial de professores esteja delimitado em seu currículo, ou melhor, Projeto Político Pedagógico os estudos em torno das relações étnico-raciais, de modo que essas discussões construa um egresso capaz de respeitar, praticar e instruir seus alunos, causando mudanças a partir de experiências diversas.

Nas universidades analisadas, os currículos apresentam em média três mil horas de integralização, dessas a carga horária destinada para os estudos étnico-raciais são, em sua maioria, de 60 horas, o que equivale apenas um componente curricular na matriz do curso de Pedagogia. Tal componente, em 30% das universidades obtém caráter obrigatório, nas demais 70% é ofertado de forma optativa, ou seja, componentes voltados para o debate das relações étnico-raciais são poucos. Conforme Apple (2005, p. 59), “a educação está intimamente ligada à política da cultura. O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação”, assim sendo a relação da educação com as experiências obtidas nos diversos âmbitos de convivência do indivíduo gera relações reflexivas nas esferas sociais.

Ressaltamos que outros componentes tratam a temática de forma transversal, ou seja, urge como um apoio às disciplinas pedagógicas, de forma que não há um aprofundamento necessário e essencial do assunto em meio a formação inicial de pedagogos e pedagogas. As diretrizes de cursos de formação inicial estabelecida pela Resolução nº2, de 1 de Julho de 2015, considera a formação pedagógica entre os princípios de igualdade de condições, colaborando com a garantia, o respeito e a valorização étnico-racial solidificando, sendo um dos pilares fundamentais na gestão democrática na escola.

A partir dessa compreensão, das universidades analisadas a Federal da Fronteira Sul em seu campus Chapecó – SC contém o maior número de disciplinas que abordam as temáticas das relações étnico-raciais, definidas nos componentes obrigatórios Educação Escolar e Indígena e Educação das Relações Étnico-Raciais e de forma transversal nos componentes Estudos Socioantropológicos da Infância, História da Fronteira Sul, Teorias da Educação e Educação Especial e Diversidade. As universidades Federais do Paraná e de Santa Catarina (UFPR/UFSC) possui um Núcleo de Aprofundamento para a Educação e Relações Étnico-Raciais. A defasagem mostrada nos Projetos Políticos Pedagógicos sinaliza que a luta antirracista nos ambientes de educação tem obtido um avanço lento em sua aplicação, passados 17 anos da promulgação da Lei 10.639 e 5 anos da Resolução nº2 ainda são insuficientes as práticas e discussões étnico-raciais na formação do indivíduo.

Sendo assim, a noção do conhecimento pedagógico existente na estrutura social, resulta na necessária reorganização, a fim de compreender que a sociedade é uma miscigenação de povos, e como tal sua educação deve ser refletida, remodelada e reorganizada, permitindo promover a formação de um sujeito crítico-reflexivo que enfatize a educação antirracista no ambiente escolar.

4. Conclusões

O processo de construção dos projetos políticos pedagógicos potencializa o início da democratização do ensino nas universidades, em sua estruturação é necessário evidenciar as ações capazes de abarcar a formação em seu sentido amplo, destacando as individualidades dos sujeitos e que permitam o aprofundamento de assuntos tão importantes e tratados com pouca relevância.

As relações étnico-raciais permite compreender as lutas antirracistas na sociedade global, de modo que o sujeito reflita seu lugar no mundo e a consciência que deve obter através das conquistas dos diversos povos, dentre eles pretos e pardos, os marginalizados. Durante a formação docente debater esses pontos é garantir que as práticas pedagógicas entrelacem com o cotidiano de parte da população, a fim de compreender que cidadãos negros e pardos são construtores de nossa cultura. Essa pesquisa visou problematizar as ausências de discussões nos cursos de Pedagogia nas instituições de âmbito federal da região Sul.

Portanto, a aplicabilidade da lei 10.639/2003 ainda é defasada, assim como a formação para sua execução é precária, pensar no perfil do egresso é fortalecer as dinâmicas e interações entre o ambiente escolar e a sociedade, potencializando e consolidando a inclusão e o respeito às diversidades. Por fim, seguiremos problematizando e analisando as formações de pedagogos e pedagogas nas Universidade Federais do Brasil, evidenciando a necessidade do debate étnico-racial na luta contra o racismo e o fim da desigualdade social e racial no território brasileiro.

Referências

APPLE, M. W. **Educação e Poder**. Porto Alegre, RG: Artes Médicas, 2005.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Lei 10.639/2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003.

BRASIL. Resolução do CNE/CP n.º 02, de 1º de julho de 2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2015.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. – São Paulo: Selo Negro, 2001.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2005

GOMES, Nilma Lino. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 3. Ed – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. – (Coleção Cultura Negra e Identidades).

GOMES, Nilma Lino. **Por que ensinar relações étnico-raciais e história da África nas salas de aula? 2014**. Disponível em: <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2014/03/19/por-que-ensinar-relacoes-etnico-raciais-e-historia-da-africa-nas-salas-de-aula/>.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**; [tradução Silvana Cobucci Leite]. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Coleção questões da nossa época; v. 14)

SANTOS, Boaventura de Souza. **Uma concepção multicultural de direitos humanos**. Lua Nova [online]. 1997, n.39, pp.105-124.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo. **Bases Teóricas- Metodológicas da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais. Idéias Gerais Para a Elaboração de um Projeto de Pesquisa**. Caderno de Pesquisa Ritter dos Reis. Vol IV. Nov. 2001. 2ª Ed. Porto Alegre. Faculdades Integradas Ritter dos Reis. 2001.